



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLOS SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Boletins de ocorrência. Atropelamentos. Informações Pessoais. Acesso condicionado à assinatura de Termo de Responsabilidade. Indeferimento da pretensão recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 135//2017

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Segurança Pública – SSP, de número SIC em epígrafe, para acesso a datas, local e histórico de boletins de ocorrência de atropelamentos registrados em São Paulo no ano de 2017.
2. Em resposta, a Secretaria forneceu os dados primários para análise, suprimindo os históricos dos BOs. Em recurso, a Pasta facultou ao interessado o acesso aos históricos dos boletins mediante consulta pessoal e previamente agendada, condicionado à assinatura de Termo de Responsabilidade. Inconformado, o interessado interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise dos autos permite concluir que a solicitação foi adequadamente respondida, nos termos da legislação vigente. A resposta ofertada fornece informações relativas a cada um dos boletins solicitados, e ainda faculta acesso ao histórico dos BOs mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, indicando o caminho adequado para sua obtenção, não havendo qualquer negativa de acesso à informação.
4. A base de dados que contém as informações pretendidas inclui informações de natureza pessoal, capazes de atingir a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem dos envolvidos, de modo que o acesso a essas informações violaria o artigo 31, §1º, da Lei Federal nº 12.527/2011.
5. O referido dispositivo prevê que “as informações pessoais (...) relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ocorre, no entanto, que a previsão legal expressa no §3º do artigo 31 admite hipótese excepcional de concessão do acesso às informações pessoais, mesmo sem o consentimento pessoal, para a realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral: “O consentimento referido no inciso II do §1º não será exigido quando as informações forem necessárias: (...) II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem”.
7. Tratando-se de situação em que se fazem presentes ao menos dois direitos fundamentais constitucionalmente protegidos – a garantia de acesso a informações públicas e o resguardo da vida privada – busca a legislação compatibilizá-los, de modo a respeitar tanto o disposto no inciso X da Constituição, voltado à incolumidade do indivíduo em sua esfera íntima, quanto a viabilizar a concretização da norma do inciso XXXIII, afinada com o princípio da publicidade e propiciadora do controle social. Daí a solução legalmente estipulada: havendo interesse público ou geral na realização de estatísticas e pesquisas científicas, cujo resultado pode favorecer a sociedade e ser útil ao Estado, deve ser concedido o acesso devidamente motivado, mas resguardada a identidade pessoal, impedida de ser exposta.
8. No caso em análise, atente-se, a interessada registra que solicita o acesso aos históricos “para fins de trabalho jornalístico para o jornal Folha de S. Paulo a respeito de atropelamentos fatais na cidade de São Paulo em 2017”, inserindo a demanda no campo hipotético de incidência da regra de justificada excepcionalidade acima destacada, a admitir acesso a informações pessoais para matéria jornalística de evidente interesse público ou geral, preservada a identidade pessoal dos envolvidos nas ocorrências criminais registradas.
9. Evidente que essa modalidade restrita de acesso a dados sensíveis não pode ser invocada de maneira leviana, tratando-se de informações protegidas pelo ordenamento jurídico, cuja divulgação acarreta sérias consequências. Assim, para assegurar a segurança das informações, o órgão público deve observar procedimentos que transcendem o escopo do Sistema de Informações ao Cidadão, em especial quanto (i) à comprovação da identidade do solicitante; (ii) à existência de relevante interesse público na pesquisa que se pretende desenvolver; (iii) à assinatura do termo de responsabilidade previsto no artigo 15 do Decreto nº 61.836/2016.
10. Insta recordar que este foi o procedimento adotado em resposta fornecida ao interessado, bastando agendar com Secretaria de Segurança Pública a consulta pretendida, por decorrência da sistemática normativa vigente.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

11. Ante o exposto, considerando o efetivo fornecimento das informações custodiadas pelo ente público e a indicação do modo adequado para a obtenção dos dados complementares almejados, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
12. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 10 de julho de 2017.

Assinatura manuscrita da Maria Inês Fornazaro, sobre uma linha decorativa.

MARIA INÊS FORNAZARO
OUVIDORA GERAL DO ESTADO SUBSTITUTA